



ORÇAMENTO SOCIOAMBIENTAL: Onde estão os direitos dos quilombolas e das comunidades tradicionais?

Como parte do orçamento socioambiental, monitoramos o **Orçamento Quilombola e Comunidades Tradicionais**. Partindo da análise do Plano Plurianual de Governo PPA 2012-2014 - seus objetivos, iniciativas e metas - e das Leis Orçamentárias de 2013 e 2014 selecionamos os programas, as ações e os planos orçamentários (POs) que têm explicitamente estas populações como público alvo. Programas como o “Bolsa Família”, “Minha casa minha vida” ou de iniciativas como o “Bolsa Verde” ficam de fora deste orçamento temático uma vez que não é possível identificar no nível da programação orçamentária o que está destinado a comunidades quilombolas e tradicionais.

A atualização semanal dos dados da execução orçamentária pode ser acompanhada pelo [Orçamento Temático Socioambiental](#), uma ferramenta desenvolvida em parceria com o SIGA Brasil/Senado Federal.

Por meio desta ferramenta e de análises dos dados da execução orçamentária esperamos contribuir para a luta pelos direitos dos quilombolas e das comunidades tradicionais. Entendermos que faz parte desta luta a disputa por recursos orçamentários e por prioridade na execução de ações que estão dispersas em diversos órgãos do governo.

Orçamento Quilombola e Comunidades Tradicionais 2013 e 2014¹

Valores correntes, R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Programa	Ação	Plano Orçamentário	Valor Dotação 2013	Valor Liquidado 2013	Valor Pago 2013	% Exec .	Valor Dotação 2014	Valor Empenhado	Valor Pago 2014	% Exec .
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais (6440)	(0000)Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais - Despesas Diversas	8.600.000,00	0,00	0,00	0%	12.850.000,00	0,00	0,00	0%
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais (6440)	(0002) Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais	4.424.623,00	2.867.219,33	2.864.880,61	65%	5.000.000,00	1.251.009,48	869.809,82	17%
Fundação Cultural Palmares	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira (20ZF)	(0001)Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	100.000,00	53.404,26	53.404,26	53%	100.000,00	61.114,97	16.171,52	16%
Fundação Cultural Palmares	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira (20ZF)	(000K) Proteção e Promoção das Comunidades Quilombolas e de Terreiros	1.554.000,00	433.268,98	433.268,98	28%	2.000.000,00	372.888,14	118.738,03	6%

¹ - Os dados da execução de 2014 foram atualizados até 27 de maio de 2014.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas (210Z)	(0003) Regularização fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas	42.600.000,00	42.526.990,71	6.143.430,59	14%	25.000.000,00	6.328.301,87	144.676,45	1%
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas (210Z)	(0004) Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	5.500.000,00	4.170.135,60	2.524.806,64	46%	5.500.000,00	1.408.455,05	738.876,09	13%
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Segurança Alimentar e Nutricional	Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (20GD)	(0004) Apoio às ações de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais - Brasil sem Miséria	6.000.000,00	2.991.159,15	709.825,63	12%	6.000.000,00	0,00	0,00	0%
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Biodiversidade	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais (20WM)	(0002) Identificação de Famílias em Unidades de Conservação Federais e Promoção do Direito de Uso das Comunidades Tradicionais Beneficiárias a seus Territórios	180.400,00	154.723,73	154.723,73	86%	250.000,00	217.098,04	93.352,01	37%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Agricultura Familiar	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar (210O)	(0009) Brasil Sem Miséria - Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas					8.450.000,00	3.128.546,72	0,00	0%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Agricultura Familiar	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar (210O)	(000D) Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0%				

Ministério do Desenvolvimento Agrário	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (210Y)	(0001) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas	1.011.624,00	290.166,67	3.468,12	0%	2.000.000,00	5.166,67	0,00	0%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (210Y)	(0002) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	894.000,00	0,00	0,00	0%	2.000.000,00	200.000,00	200.000,00	10%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais - No Distrito Federal (210Y)	(0000) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais - Despesas Diversas	250.000,00	0,00	0,00	0%	100.000,00	0,00	0,00	0%
Ministério do Meio Ambiente	Agricultura Familiar	Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (6087)	(0000) Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	200.000,00	0,00	0,00	0%	200.000,00	54.465,63	54.465,63	27%
Ministério do Meio Ambiente	Biodiversidade	Gestão Socioambiental em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares (20VQ)	(0002) Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	100.000,00	74.000,00	74.000,00	74%	200.000,00	26.015,86	0,00	0%

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Educação Básica	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência. (20RS)	(0000) Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	15.804.363,00	10.735.727,99	5.713.503,04	36%	14.000.000,00	320.249,00	0,00	0%
Fundo Nacional de Saúde	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil - Na Região Norte (4324)	(0000) Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	13.300.000,00	14.969,53	0,00	0%	21.700.000,00	0,00	0,00	0%
TOTAL				59.390.024,00	51.693.849,10	10.096.927,95	17%	51.800.000,00	11.802.052,95	1.366.279,73	3%

O que nos diz este Orçamento Temático e seus números?

Em primeiro lugar que a execução dos recursos disponíveis - R\$ 59 milhões em 2013 e R\$ 51 milhões em 2014 – é baixa. Em 2013 apenas 17% deste valor foi efetivamente pago; e em 2014, até final de maio, havia sido pago apenas 3% do recurso autorizado. O que explica isto?

Os órgãos ministeriais responsáveis têm alegado que a execução, no geral, tem sido prejudicada pelo contingenciamento de recursos que é aquela parcela do orçamento que cada órgão tem que abrir mão, por força de Decreto, para a geração do superávit primário. E que, além disto, se desconsiderado do cálculo da execução de cada órgão esta parcela do contingenciamento o desempenho é bem mais promissor.

Por exemplo, em 2013 segundo os cálculos da Seppir o órgão conseguiu gastar 89% dos seus recursos disponíveis. Esse cálculo

levou em consideração somente o recurso que estava de fato disponível para ser gasto, ou seja, retirou-se da conta o valor do órgão que foi contingenciado e que, portanto, não estava disponível para ser gasto.

Isto faz todo o sentido quando se considera o total de recursos do órgão. O problema é quando olhamos somente para algumas ações dentro de cada órgão. Por exemplo, a ação “*Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais*” em 2013 tinha um orçamento autorizado de R\$ 13,02 milhões (considerando os dois Planos Orçamentários) e somente foram gastos R\$ 2,8 milhões, o equivalente a 22% do total. Dificilmente isto se justifica somente pelo contingenciamento.

Por isto, é importante analisar detalhadamente as ações orçamentárias e entender onde estão os gargalos que impedem que os órgãos tenham uma boa execução de um recurso que é pequeno e, ao mesmo tempo, fundamental para garantir as condições . Por exemplo, quando o recurso é executado por meio de convênio com organizações ou prefeituras, que é o caso da maior parte desta Ação, ao Governo Federal (concedente) cabe o repasse do recurso, mas a efetividade depende dos convenientes, ou seja, daqueles que gastam o recurso localmente.

Em segundo lugar, a seleção mostra em que órgãos estão os programas, ações e planos orçamentários que têm as comunidades quilombolas e tradicionais como públicos alvos. Então é importante também analisar estes órgãos com a lupa destes direitos.

Neste sentido, o que vemos? Em primeiro lugar, ações com muito pouco recurso se comparado às dimensões do país e considerado o número e a diversidade das comunidades. Por exemplo, as duas ações e planos orçamentários que estão no Ministério do Meio Ambiente somaram R\$ 300 mil em 2013, dos quais foram gastos apenas R\$ 74 mil. O que isto representa? Nada se comparado ao número de territórios quilombolas. Segundo o sistema de monitoramento da Seppir² desde 2001 até hoje foram certificados pela Fundação Cultural Palmares 2.247 territórios quilombolas e titulados somente 113 territórios. Já vimos que ter o recurso não é suficiente para garantir a política pública, mas ter muito pouco recurso é um indicador de falta de prioridade do órgão para os quilombolas e

² <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=1>

comunidades tradicionais.

Em segundo lugar mas não menos importante, a falta de prioridade que alguns órgãos outorgam à execução de ações orientadas para este público. É o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É preocupante que o MDA não tenha gasto em 2013 nenhum centavos pouco mais de R\$ 3 milhões alocados para ações e planos orçamentários específicos para este público. Vale lembrar que o valor liquidado destas ações alcançou R\$ 1,29 milhões (menos de 50%), mas como nada foi pago isto gera o compromisso de pagamentos (restos a pagar) para os próximos anos, comprometendo o uso do recurso com novas execuções orçamentárias.

Este problema se repete na ação “*Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil - Na Região Norte (4324)*”. Em 2013 nada foi pago dos R\$ 13,3 milhões alocados nesta ação. Em 2014, até final de maio, nenhum recurso havia sido gasto. A boa nova ou a boa notícia é que a dotação desta ação teve um bom reforço em 2014 com mais R\$ 8,4 milhões alcançando R\$ 21,7 milhões. Mas dispor de recursos adicionais pouco diz se os mesmos não forem gastos.

É esta ação que prevê a transferência de recursos do Ministério da Saúde para a Marinha para que ela garanta o bom funcionamento dos chamados Navios de Assistência Hospitalar (NAsH). Estes navios são especialmente projetados e construídos para assegurar assistência médica, odontológica e orientação sanitária e de saúde às populações ribeirinhas. Têm especial relevância por se constituírem, nas regiões remotas da Amazônia brasileira, a única forma de acesso a serviços de Saúde pelas populações. Os recursos da Ação 4324 são, portanto, essenciais para a compra de equipamentos de materiais hospitalares e odontológicos, a manutenção dos navios entre outros.

Vários problemas podem estar na raiz desta baixa execução, o contingenciamento, a falta de prioridade, a dificuldade de executar convênios, de repassar recursos. Por isto, faz parte do trabalho com os orçamentos temáticos analisar o orçamento público trazendo informações sobre os gargalos e os obstáculos que impedem que o orçamento esteja de fato comprometido com a superação das desigualdades e com a garantia dos direitos.